



SENADO FEDERAL

**Comissão de Educação e Cultura**  
**30ª Reunião Extraordinária – 5/6/2024**  
**Resumo da Audiência Pública Interativa**

**Finalidade:** Debater a greve dos servidores técnico-administrativos em educação das universidades e institutos federais.

**Requerimento relacionado:** REQ 46/2024 – CE (Senador Flávio Arns (PSB/PR));

**Participantes:** Sr. Daniel Lucas Soares Souza Farias, coordenador da Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Sr. Leewertton de Souza Marreiro, membro da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Sr. Carlos David de Carvalho Lobão, coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Sra. Jennifer Susan Webb, 1ª tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Sr. Mário Barbosa, diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e Sra. Jussara Cardoso Silva Freitas, subsecretária de Gestão Administrativa do Ministério da Educação (SGA)

**Daniel Lucas Soares Souza Farias, coordenador da Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA)**

**Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ A categoria dos técnicos-administrativos em educação (TAEs), a maior do serviço público federal, presente em mais de 500 municípios, centenas de instituições e universidades públicas federais, com quase 230 mil servidores, engloba planos de carreira e de cargos de várias profissões, entre elas, enfermeiros, psicólogos, pedagogos, intérpretes de libras, administradores, assistentes sociais, assistentes administrativos, jornalistas.

✓ A profissão de jornalista está vedada de provimento por decreto dos dois governos anteriores ao atual, dificultando e suspendendo a contratação desses profissionais. Esse decreto não foi revogado, o que caracteriza incoerência do governo Lula, que tem promovido expansão da rádio e da comunicação nas universidades.



## SENADO FEDERAL

✓ No nível superior, a carreira dos TAEs tem mais de 12% da categoria formada por doutores. É, portanto, mais qualificada do que a dos Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), considerada elite do funcionalismo público.

✓ A desvalorização a que a carreira dos TAEs tem sido submetida ao longo dos anos levou a uma situação sem precedentes. Atualmente, o servidor que entra no nível médio recebe menos de dois salários mínimos, a pior remuneração do serviço público federal; em 2010, eram 3,5 salários mínimos – quase metade do seu poder de compra foi corroído pela inflação.

✓ Levantamento feito pelo Fórum de Gestão de Pessoas das Universidades Federais (Forgep) mostra que a política de desvalorização da categoria levou à extinção ou suspensão de 82% dos cargos, considerando nível de apoio, intermediário e nível superior. Há, portanto, somente 18% ativos.

✓ A falta de servidores prejudica a prestação de serviços para a população dentro das universidades.

✓ Os baixos salários dificultam a retenção de servidores, de modo geral, e de talentos, em particular. De cada dez concursados, sete saem para a iniciativa privada ou para prestar outros certames. A taxa de desligamento de técnicos-administrativos em educação no Executivo Federal foi de 75% em 2023. Se nada for feito dentro das universidades a respeito da carreira dos TAEs, as instituições vão entrar em colapso.

✓ O governo federal instituiu o Programa Brasil Participativo, que prevê aplicar recursos do plano plurianual em propostas escolhidas pela sociedade. Os TAEs se organizaram e ficaram em primeiro lugar no tema educação. Num primeiro momento, eles foram recebidos pelo governo, e a questão repercutiu na mídia, mas a valorização da carreira com aporte orçamentário não aconteceu. No entanto, outras carreiras foram contempladas, como a da Polícia Federal e a da Polícia Rodoviária Federal, que já possuem condição salarial melhor do que a dos técnicos-administrativos em educação.

✓ O governo, além disso, ignorou relatório que continha soluções para os problemas referidos e que havia sido elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) de Reestruturação da Carreira, no qual estiveram envolvidos a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; o Secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Júnior; além de servidores do Ministério da Educação, entidades representativas e gestores das universidades federais. Causou surpresa o fato de o trabalho técnico desenvolvido por esse GT, oriundo do próprio governo, portanto, não ter sido levado em consideração, pois as propostas apresentadas pelo Secretário de Relações de Trabalho, Jose Lopez Feijó, não constavam desse relatório.

✓ A categoria gostaria de entender os motivos pelos quais o Governo não está dando prosseguimento às negociações e acredita que a audiência pública irá esclarecer este ponto.

✓ O reajuste linear de 9%, em 2025, e de 5%, em 2026, dado pelo governo para todas as categorias, seja do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade



## SENADO FEDERAL

Industrial (Inmetro), seja do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), da carreira de Previdência, Saúde e Trabalho (PST), não é justo. A carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação tem a menor remuneração e é a única em greve. O governo não levou isso em consideração, como também não fez jus ao seu discurso de tratar os desiguais na medida de suas desigualdades.

**Leewertton de Souza Marreiro, membro da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ Os servidores técnico-administrativos das universidades e institutos federais tiveram que recorrer à greve após um ano de negociações fracassadas, pois a promessa feita pelo governo, na primeira reunião, de que tinha como objetivo “corrigir as disparidades existentes entre as carreiras do serviço público federal” não foi cumprida.

✓ Os TAEs, responsáveis por executar o segundo maior orçamento da União, recebem um terço ou a metade do que outras carreiras administrativas recebem para fazer o mesmo trabalho. Em qualquer situação, dentro de universidade ou instituto federal, há um técnico administrativo, pois são eles que compram, fiscalizam contratos, trabalham na pesquisa, na extensão, no ensino, dentro dos laboratórios e das unidades acadêmicas e administrativas. São diversas especialidades dentro do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE.

✓ O vencimento básico, nos dias atuais, para quem faz concurso para cargo de nível médio para a universidade federal, é dois salários mínimos; em 2010, era de 3,5 salários mínimos. Não tem prefeitura no País que pague tão pouco a um trabalhador. Os profissionais de nível superior, como engenheiros, arquitetos, enfermeiros, não chegam a ganhar quatro salários mínimos. Alguns servidores das instituições federais de ensino trabalham como motorista de Uber após o expediente.

✓ As negociações que foram feitas pelo governo federal ampliaram as distorções entre as carreiras do Executivo Federal, apesar de os servidores da educação terem ficado em terceiro lugar no Programa Brasil Participativo e em primeiro lugar nas demandas do MEC.

✓ O governo investiu, segundo os acordos feitos pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), R\$ 43,5 mil na reestruturação da carreira de cada policial rodoviário federal e R\$ 53 mil para cada policial penal. Entretanto, foi somente R\$ 28 mil para cada professor, R\$ 14 mil para os técnicos administrativos em educação e R\$ 17 mil para os cargos de nível superior em educação.



## SENADO FEDERAL

✓ A comparação é inevitável. Os policiais lidam com brasileiros que cometeram crimes; os servidores da educação trabalham na prevenção; possibilitam a construção de sonhos e oportunidades, que muitas vezes impedem que jovens entrem na criminalidade.

✓ Além das carreiras policiais, as administrativas também foram beneficiadas: para cada Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS) foram investidos R\$ 42 mil. O fato de que a carreira dos ATPS se compõe apenas de profissionais de nível superior, usado como argumento para defender essa decisão, não procede, porque noventa e quatro por cento da categoria dos TAEs tem nível superior; sendo que 48% dos cargos de TAE são de nível médio e quase 40%, de nível superior.

✓ A categoria dos TAEs é a maior de servidores públicos do país. São 225 mil trabalhadores lotados em mais de 500 municípios, em 687 *campi* de institutos federais e mais de 183 *campi* de universidades federais.

✓ A revolta da categoria se justifica, porque seus integrantes ficaram com os salários congelados por oito anos. Foram os primeiros a iniciar a negociação, mas o governo beneficiou outros servidores em 2024, sem lhes ter oferecido nenhum reajuste. Os 9% lineares dados pelo governo em 2023 representaram R\$ 370 como maior parcela de remuneração para o PCCTAE; de reajuste, o auditor da Receita Federal, como comparação, recebeu R\$ 3 mil, o que alguns técnicos-administrativos em educação não recebem mesmo depois de acrescidos os 9%.

### **Principais recomendações do convidado:**

✓ Apoio dos parlamentares à causa dos servidores técnico-administrativos das universidades e institutos federais, pois, se não houver melhoria na carreira, ela corre o risco de extinção.

**Carlos David de Carvalho Lobão, coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ Esta greve faz parte de pautas da esquerda, pois consiste num movimento para fortalecer a educação federal e o servidor público.

✓ O Instituto Federal, no Brasil, foi não só responsável por mais de dez anos consecutivos como primeiro lugar na aprovação do Enem, mas também agente de mudança no perfil das universidades federais do País, que começou a absorver alunos das escolas públicas, na maioria negros e filhos de pobres.



## SENADO FEDERAL

✓ Os institutos, que têm mais de 90% dos alunos provenientes de famílias que ganham no máximo dois salários mínimos, tiveram o maior índice de aprovação no Enem de 2010 a 2016.

✓ Em 2014, o Instituto Federal recebia investimento de US\$ 9 mil dólares anuais para cada aluno, e esse aporte de recursos deu resultados: figurou no portal da ONU como a terceira melhor escola de ensino médio do mundo, perdendo para Singapura e para Finlândia.

✓ Houve greve em 2011, 2012, 2014 e 2015, o que demonstra que não são as greves que prejudicam os alunos, mas a falta de recursos e de assistência. Após quatro anos do governo Bolsonaro, as escolas públicas de ensino médio não estão nem entre as 100 melhores do mundo. Antes, os alunos chegavam à escola e iam tomar café da manhã no refeitório antes de se dirigirem para a sala de aula. Hoje eles vão para a aula com fome, por falta de verba, e, nessa condição, não aprendem.

✓ O Governo Lula tem a responsabilidade de recompor esse orçamento, de forma célere.

✓ A greve visa a mostrar para a sociedade brasileira que educação tem que ser prioridade não só na teoria. O governo tem que reconhecer que seu discurso, de que educação é prioridade, não está condizente com a prática do dia a dia.

✓ O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) até agora não conseguiu ser recebido pela Ministra Esther Dweck. E o Senado Federal poderia intermediar audiência do Sinasefe com ela, para que as pautas possam ser reivindicadas.

✓ O governo organizou atividade no Palácio do Planalto com reitores e gestores das instituições públicas de ensino para discutir sua expansão e a retomada do orçamento, mas não convidou os sindicatos para essa reunião.

✓ O pouco avanço nas negociações, nos dois meses de greve, não permite que o Sinasefe interrompa a paralização. A possibilidade de acordo na reunião que haverá no dia 11 de junho de 2024 depende de o governo aceitar as questões pendentes da categoria, que incluem reajuste para 2024, tendo em vista que outros setores tiveram esse benefício; revogação da Portaria 983, de 2020, porque o professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT tem que ter o direito de fazer pesquisa em extensão; e reestruturação da carreira, como comentado pelos outros participantes da audiência.

✓ A categoria trabalha com a perspectiva de o governo cumprir promessa de campanha, reiterada pelo ministro Fernando Haddad na abertura da Mesa Nacional de Negociação, de que iria desfazer a perda salarial dos quatro anos de governo Bolsonaro, em que os salários ficaram congelados e a inflação acumulada foi de 26%.

✓ A afirmação do representante do governo, nesta audiência, de que atenderam quase tudo da carreira PCCTAE não se sustenta. O governo não entrou em acordo nem em relação ao Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC nem à lateralização, bem



## SENADO FEDERAL

como não acolheu a recomposição das perdas. É a pior carreira do serviço público federal e tem muitas pendências a serem resolvidas.

✓ A longevidade da greve deve ser creditada ao próprio governo e não à categoria, que chegou a ficar 32 dias à espera de uma mesa de negociação.

✓ O governo não reconhece que há greve na educação federal, porque negocia no mesmo patamar de qualquer outra categoria que não está greve, diferentemente da Justiça do Trabalho, que dá maior celeridade nessas situações.

✓ O fato de os servidores da educação serem a categoria com maior número de integrantes – 18% dos servidores públicos federais – é usado pelo governo para negar aumento. Entretanto, o custo dessa carreira não chega a 7% dos gastos do governo com pessoal.

**Sra. Jennifer Susan Webb, 1ª tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ Em maio de 2023, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) assinou acordo com o governo, por meio do Fórum dos Servidores Públicos Federais, que previa recomposição parcial do salário do período anterior, de 9%, para posterior retomada da pauta de reivindicação dos servidores. A Mesa Nacional de Negociação Permanente, entretanto, encerrou sem avanço nesse sentido.

✓ A Fasubra, a Sinasefe e o Andes Sindicato Nacional, entidades que representam a educação pública federal no País, portanto, entraram em greve há 90, 60 e 60 dias, respectivamente, buscando abrir espaços para diálogo e efetivar o processo de negociação. E esperam que a reunião prevista para o dia 14 de junho de 2024 culmine num acordo que encerre o movimento.

✓ A categoria não está reivindicando aumento salarial, mas correção de salários que perderam poder aquisitivo. E também pleiteia recomposição do orçamento das instituições públicas de educação, que, corroído nos últimos dez anos, tornou precário o serviço que é oferecido nessas instituições. A luta não é só pelos servidores, mas também pelo serviço público, que não tem qualidade sem servidor.

✓ Outra questão na mesa de negociações diz respeito à revogação de medidas adotadas pelo governo anterior, quais sejam, da nomeação de reitores/interventores, pois ainda há dez deles atuando no País; e da Portaria 983, de 2020, que diz respeito ao trabalho dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico.



## SENADO FEDERAL

✓ A indignação com o MEC e com o MGI existe, porque esses órgãos convidaram a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), mas não atenderam os sindicatos representantes dos grevistas. O governo precisa entender que a greve terminará somente quando os docentes e os técnicos-administrativos deliberarem nesse sentido.

✓ A precarização das instituições de educação atinge os discentes muito mais do que qualquer greve. A que está em curso procura garantir não só o acesso, mas também a qualidade da permanência dos estudantes nas instituições. Lutas por recursos visam a que as instituições mantenham adequadamente suas instalações, disponibilizem restaurante universitário, permitam acesso à internet, deem condições de ensino, de pesquisa e de desenvolvimento.

✓ A possibilidade de apresentar a causa dos grevistas em audiência pública dá voz aos servidores e lhes permite mostrar que estão em busca de diálogo, por que a disputa de narrativas faz com que o movimento seja criminalizado. A intercessão do Senado Federal nesse processo é importante, porque todas as entidades já protocolaram pedidos de reunião com a Ministra Esther Dweck, com o Ministro Haddad, e especialmente com o Ministro Camilo, mas ainda não foram atendidas.

**Sr. Mário Barbosa, diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ O processo de negociação está ligado ao momento que o País vive depois de oito anos de medidas de destruição do Estado, das categorias e das políticas sociais. Hoje é possível retomar o espaço democrático, onde se exerce a negociação efetiva e o direito ao diálogo, em que cada parte atua dentro dos limites que lhe compete e que a realidade impõe.

✓ A Mesa Nacional de Negociação Permanente foi criada em 2003, interrompida em 2016 e reinstalada em 2023. Trata-se de um sistema de negociação composto por uma mesa central, que se renova todo ano, e por mesas setoriais, específicas e temporárias. Na primeira, se discutem os pleitos de interesse geral da categoria a serem adotados de forma linear, como aconteceu com a recomposição de 9% dos salários dos docentes das instituições de ensino superior, negociada em janeiro de 2023 e aplicada em maio de 2023. Nas mesas setoriais são discutidas demandas das categorias, temas relativos a condições de trabalho de forma geral, sem impacto orçamentário, como, por exemplo, reestruturação de carreiras.

✓ As mesas setoriais são compostas pelo órgão que as organiza e pela bancada sindical com representação nesse órgão. Nem todas as entidades solicitaram abertura desses



## SENADO FEDERAL

espaços de negociação, mas já existem vários em funcionamento. Em julho de 2023, havia 85 pedidos de instalação, e após a Secretaria de Relações de Trabalho e a Secretaria de Gestão de Pessoas do MGI analisarem os pedidos e aglutinarem temas similares, 20 estão atuando e 14 serão instaladas.

✓ Em 2024, o governo disponibilizou inicialmente R\$ 1,5 bilhão para fazer face às demandas de negociação salarial das várias categorias do serviço público. Após empenho da Ministra Esther, esse valor passou para cerca de R\$ 3 bilhões.

✓ O compromisso assumido na mesa central de até o mês de julho de 2024 instalar todas as mesas pendentes e concluir os processos de negociação que estão em curso, com foco na questão da campanha salarial das categorias, será cumprido. E a questão de reestruturação de carreiras será retomada num segundo momento.

✓ O governo não ignorou o resultado do GT do MEC, do qual o MGI participou por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, e no qual estiveram envolvidos Sinasefe e Fasubra. Foram atendidas: verticalização com unificação em matriz única da tabela em 19 padrões; diminuição do interstício para progressão de 18 para 12 meses; tempo para atingir o topo da carreira em 18 anos; e correlação entre os níveis A, B, C e D em relação com o nível E, que também teve movimentação. Alguns sindicalistas reconheceram esses avanços.

✓ A proposta salarial, que inicialmente era de 4,5%, em 2025, e 4,5%, em 2026, evoluiu, posteriormente, para 9%, em 2025, e 3,5%, em 2026.

✓ Dois pontos devem ser colocados. Em relação aos docentes, o MGI não vê condição de evoluir com a proposta salarial, mas haverá novo debate, marcado para o dia 14 de junho de 2024, para examinar pleitos como a questão da Portaria 983, de 2020, entre outros. Quanto aos TAEs, a continuidade do processo negocial tem mesa agendada para o dia 11 de junho de 2024, lembrando que a proposta de 9%, em maio, e 5%, em 2026, evoluiu de uma proposta que era de 3,5%, em 2026.

✓ O governo, na instalação de mesas de negociação, não privilegiou categorias de poder aquisitivo mais elevado. Buscou mesclar as que têm maior poder de pressão com outras. O primeiro acordo foi com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas; o segundo, com a Agência Nacional de Mineração; o terceiro, com analistas em tecnologia da informação; o quarto com analistas técnicos em políticas sociais.

✓ O acordo proposto pelo governo previa 9% de recomposição salarial, em 2023, com efeito até maio de 2024, e parte do reajuste em 2025. E em razão da maior disponibilidade de recursos, que passaram de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 3 bilhões, foi possível aumentar o vale-alimentação de R\$ 600 para R\$ 1mil para todos os servidores.

✓ O governo decidiu, no dia 15 de março de 2024, após fechar vários acordos na mesa central, que não seria justo definir, nesse espaço, novo reajuste linear para todas as categorias, porque algumas já tinham tido ganho nas mesas específicas. Deslocou, então, todos os pleitos de reajuste salarial para esses fóruns de negociação, processo que ainda está em curso, e que o governo pretende concluir até julho de 2024.



## SENADO FEDERAL

✓ O compromisso do Governo Lula de que nenhuma categoria sofrerá perda salarial na sua gestão se efetiva nos acordos que estão sendo firmados, que superam 20%, enquanto a projeção de inflação no futuro próximo é de 18%.

✓ O governo Lula, por reconhecer a legitimidade do direito de greve e de negociação, montou GT, em 2023, para propor a regulamentação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho. A proposta elaborada será encaminhada ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei, assegurando aos servidores públicos essas prerrogativas.

✓ O Presidente Lula sempre diz que os servidores pedem o que entendem legítimo e necessário, e o Governo atende no limite das suas possibilidades. Nos dias de hoje, no entanto, há contingenciamentos fiscais e orçamentários. Os limites não são colocados pelo MGI, mas impostos pelas circunstâncias atuais.

✓ As diretrizes com as quais o MGI tem trabalhado visam à melhoria da estrutura das carreiras; à harmonização das funções, atribuições e cargos; à equalização e aprimoramento das estruturas remuneratórias; ao alongamento das carreiras para 20 níveis, de forma a padronizá-las; a gratificações para atendimento de políticas públicas em situações de difícil provimento em algumas categorias; à transversalização dos cargos permitindo maior mobilidade, ou seja, para que o servidor não fique emparedado no órgão em que fez o concurso, mas tenha possibilidade de movimentação em nível também em outros órgãos.

**Sra. Jussara Cardoso Silva Freitas, subsecretária de Gestão Administrativa do Ministério da Educação (SGA)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ O conjunto de propostas feito pelos TAEs foi acatado praticamente na sua totalidade. Restaram para discussão, no âmbito da mesa, os percentuais de reajuste.

✓ O MEC apoia as categorias dos docentes e dos TAEs, tem articulado junto ao MGI para tentar solucionar o problema e está consciente de que é necessário adotar medidas para dar fim à greve.

✓ A Portaria 983, de 2020, está no âmbito das tratativas do acordo.

✓ O Ministro Camilo Santana recebeu os docentes e os TAEs; tem feito reuniões com a Ministra Esther Dweck, do MGI, com participação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Secretaria de Educação Superior (Sesu); e instituiu grupo de trabalho para atender mais especificamente às



## SENADO FEDERAL

demandas dos cargos dos técnico-administrativos em educação no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira.